



Ministério da Educação

Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Acre

Rosana Cavalcante dos Santos
Reitora

José Claudemir Alencar do Nascimento
Pró-Reitor de Administração

Greiciane Coelho Camargo
Diretora de Contabilidade e Finanças

Leiliani Cristina Souza de Lima Freire
Coordenadora de Contabilidade

Andreza Araújo do Nascimento Melo
Coordenação de Contabilidade

Instituto Federal do Acre
Rua Coronel José Galdino, 495
Bosque – Rio Branco/AC
CEP: 66077-830

www.ifac.edu.br
Contato: proad.dircf@ifac.edu.br

Sumário

Apresentação	5
1. Base De Preparação Das Demonstrações e Práticas Contábeis	7
1.1 - Consolidação das demonstrações contábeis	7
1.2 - Conta Única do Governo Federal.....	8
1.3 - Ajustes de Exercícios Anteriores.....	8
1.4 - Recursos orçamentários x recursos financeiros	9
1.5 - Restos a Pagar	9
1.6 - Demonstrativos Contábeis	10
2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	11
3. Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial – BP – 4º Trimestre/2023.....	18
3.1 - Ativo Circulante e Não Circulante	18
3.2 - Caixa e Equivalentes de Caixa	18
3.3 - Estoques.....	19
3.4 - Imobilizado.....	21
3.4.1 - Bens Móveis	21
3.4.2 - Bens Imóveis	24
3.4.2.1 - Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão	24
3.5 - Intangível	25
3.6 - Passivo Circulante, Não Circulante E PL	26
3.6.1 - Fornecedores e Contas a Pagar	26
3.6.2 - Obrigações Contratuais	27
3.7 - Resultados Acumulados e Patrimônio Líquido	28
4. Notas Explicativas à Demonstr. das Var. Patrimoniais – DVP – 4º Trimestre/2023.....	29
4.1 - Resultado Patrimonial.....	29
4.2 - Variações Patrimoniais Aumentativas	30
4.3 - Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas	30
5. Notas Explicativas ao Balanço Orçamentário – BO – 4º Trimestre/2023	31
5.1 - Receitas.....	31
5.2 – Despesas.....	33
5.3 - Execução Orçamentária dos Restos a Pagar.....	33
6. Notas Explicativas Ao Balanço Financeiro – BF – 4º Trimestre/2023.....	35
6.1 - Ingressos financeiros	35
6.2 – Dispêndios financeiros	35
6.3 - Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas.....	36
6.4 - Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários.....	37
6.5 Resultado Financeiro	38
7. Notas Explicativas à Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC – 4º Trimestre/2023.....	39
7.1 - Atividades Operacionais	40
7.1.1 - Ingressos.....	40

7.1.2 - Desembolsos.....	41
7.2 - Atividades de Investimento	42
7.3 - Atividades de Financiamento	43
8. Conclusão	43
9. Anexos	45
9.1 – Balanço Patrimonial – 4º Trimestre/2023	45
9.2 – Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP – 4º Trimestre/2023.....	47
9.3 – Balanço Orçamentário – 4º Trimestre/2023	50
9.4 – Balanço Financeiro – 4º Trimestre/2023	533
9.5 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – 4º Trimestre/2023.....	54



Apresentação

A instalação de uma instituição pública federal de educação profissional e tecnológica no Acre foi um sonho almejado por um século. A Rede Federal nasceu em 1906 com as Escolas de Aprendizes e Artífices, porém apenas em maio de 2006 é que entrou em tramitação na Câmara Federal um Projeto de Lei de autoria do Executivo para criar no Estado uma Escola Técnica Federal no Estado. E no dia 13 de novembro de 2007, pela Portaria 1.065, o Ministério da Educação designou ao então Centro Federal de Educação do Amazonas – CEFET-AM a missão de implantar a Escola Técnica Federal do Acre.

No dia 28 de março de 2008, no auditório do Sebrae, em Rio Branco, Capital do Acre, aconteceu a primeira audiência pública que indicou a criação de uma Escola Federal na Capital e duas Unidades Avançadas, uma em Sena Madureira e outra em Cruzeiro do Sul. A doação dos terrenos para a instalação das três escolas foi efetivada naquele mesmo ano, bem como o CEFET-AM licitou as obras.

Porém, no dia 29 de dezembro de 2008 foi publicada a Lei 11.892 e a Escola Técnica que ainda estava no papel se transformou no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC. E, somente um ano depois, no dia 17 de dezembro de 2009, é que foi nomeado o primeiro Reitor Pro tempore do IFAC.

Um grupo de servidores da Rede Federal oriundos de vários Estados do País com auxílio de colaboradores indicados pelo Governo do Estado do Acre iniciaram em 2010 as atividades práticas do Instituto se estabelecendo provisoriamente a Reitoria em duas salas no Anexo da Biblioteca na Universidade Federal do Acre – UFAC e promovendo os primeiros processos seletivos de alunos e concursos públicos para professores e técnicos.

A posse coletiva dos primeiros servidores aconteceu no Teatro Plácido de Castro, em Rio Branco, no dia 21 de junho de 2010, passando a ser simbolicamente a data a ser comemorada como o aniversário do IFAC.

O Instituto Federal do Acre – IFAC iniciou suas atividades com quatro campi (Rio Branco, Sena Madureira, Cruzeiro do Sul e Xapuri) no final de julho de 2010 ofertando apenas cursos técnicos nas modalidades presenciais subsequente (ou pós-médio) e PROEJA (educação de jovens e adultos integrado ao médio) e superiores em licenciatura e tecnológicos. A primeira oferta não passou de aproximadamente 400 alunos distribuídos em nove turmas.

Hoje o IFAC possui mais de seis mil alunos em cursos técnicos nas modalidades Integrado ao Médio, Integrado Proeja e Subsequente (presencial e a distância), mais de 1.500 alunos em cursos superiores de licenciatura, tecnológico e bacharelado, 120 de pós-graduação (especialização) e até 2015 certificou cerca de 15 mil pessoas em cursos de formação inicial e continuada de programas nacionais como o Mulheres Mil e o Pronatec.

De quatro campi iniciais, hoje o IFAC possui 6 unidades presenciais distribuídos em todas as regionais do Estado, 15 polos com a oferta de cursos à distância. Através de programas especiais, o Instituto alcançou os 22 municípios do Acre com Unidades Remotas onde são ofertados cursos de formação inicial e continuada, além de comunidades distantes dos centros urbanos como reservas extrativistas e aldeias.

As atividades de Execução, são efetuadas de forma centralizada na UG executora da Reitoria, porém, em 2019, foram criadas cinco UGs executoras dos Campi já em funcionamento, para que fosse possível a descentralização administrativa, prevista para o exercício de 2020, no entanto, foi publicada a **Portaria nº. 13.623, de 10 de dezembro de 2019**, que objetiva o redimensionamento de UASG, conforme prazos estabelecidos, sendo necessário a continuação dos trabalhos centralizados pela reitoria (órgão 26425). Por Unidade Gestora entende-se: unidade orçamentária ou administrativa investida do poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou sob descentralização.

Segue abaixo, os dados dos *Campi*:

CNPJ	CAMPUS	UGE
10.918.674/0001-23	Reitoria *	158156
10.918.674/0003-95	Campus Rio Branco	156437
10.918.674/0005-57	Campus Cruzeiro do Sul	156438
10.918.674/0004-76	Campus Sena Madureira	156439
10.918.674/0006-38	Campus Xapuri	156440
10.918.674/0002-04	Campus Tarauacá	156441
10.918.674/0007-19	Campus Baixada do Sol	154929
Fonte: https://portal.ifac.edu.br/institucional.html		
*UG Executora Centralizada		

1. Base De Preparação Das Demonstrações e Práticas Contábeis

As demonstrações contábeis consolidadas da IFAC, são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as Demonstrações Contábeis consolidam as contas contábeis do órgão.

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extra orçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no Balanço Financeiro, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

1.1 - Consolidação das demonstrações contábeis

A União, administração centralizada do Governo Federal, adota a metodologia de Consolidação das Demonstrações Contábeis, no momento da escrituração contábil, por meio dos critérios de compensação e de exclusão de itens das demonstrações que compensam ou eliminam, respectivamente, as transações realizadas entre as entidades que compõem o

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS, ente econômico denominado União, e do qual a IFAC faz parte.

No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, essas operações são realizadas a partir da identificação das contas contábeis que possuem o quinto nível igual a [2] – Entra – OFSS. As regras de compensação são aplicadas às demonstrações: BP; BF; DVP; e DFC. Na DMPL, apesar de serem exibidos os valores consolidados nos grupos que compõem o patrimônio líquido, não são aplicadas regras de consolidação.

Em relação à consolidação do BF e da DFC, faz-se necessário um especial destaque em relação aos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa quando comparados os saldos dessas demonstrações com os apresentados no BP. Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa do BF e da DFC são apresentados sem consolidação, enquanto no BP ocorre a apresentação do valor consolidado, isto é, com a compensação entre ativos e passivos de 5º nível 2 – Intra.

Isso decorre da dificuldade de segregação dos fluxos exibidos no BF e na DFC, em relação às operações de natureza “Intra”, visto que a lógica de consolidação do modelo PCASP é de saldo de contas e não de fluxos financeiros.

1.2 - Conta Única do Governo Federal

Outro aspecto relevante associado às práticas e políticas contábeis, refere-se à execução financeira, tanto no IFAC quanto nos demais órgãos públicos federais. Por força do Decreto nº 93.872/1986, todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, isto é, todos os recebimentos e pagamentos são realizados e controlados em um caixa único, derivado do princípio da unidade de tesouraria, denominado Conta Única, mantida no Banco Central do Brasil e gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

1.3 - Ajustes de Exercícios Anteriores

Há que se ressaltar também a prática contábil utilizada que se denomina Ajustes de Exercícios Anteriores. Esses ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

1.4 - Recursos orçamentários x recursos financeiros

Na Contabilidade Pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. O “orçamento público é o instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais”. (<http://www.transparencia.gov.br/glossario>).

Os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos. A estimativa das receitas e das despesas é feita com base no comportamento da arrecadação ocorrida em exercícios anteriores. A previsão e a utilização de recursos públicos dependem de autorização legislativa, isto é, de uma lei, a denominada Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para maior entendimento, “pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária”. (<http://www.conass.org.br>).

Assim, mesmo estando a despesa fixada no orçamento, a sua execução está condicionada à arrecadação das receitas no decorrer do exercício financeiro. Havendo frustração na arrecadação das receitas, o governo precisa conter a execução orçamentária, ou seja, reduzir a emissão de empenhos (créditos orçamentários).

A “despesa pública é a aplicação (em dinheiro) de recursos do Estado para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento econômico do Estado. É o compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder competente, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade prevista no orçamento”. (<http://www.transparencia.gov.br/glossario>).

1.5 - Restos a Pagar

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços.

No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte (“resíduos passivos”); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. (<http://portal.tcu.gov.br/>)

Portanto, Restos a Pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

1.6 - Demonstrativos Contábeis

A análise dos dados de cada demonstrativo para elaboração das notas explicativas foi feita com base na “revisão analítica”, considerando os valores e/ou percentuais mais relevantes e a materialidade do item/conta contábil consolidados das unidades da IFAC, por meio da análise horizontal e vertical e Inter demonstrativos (identificação da contrapartida dos registros - análise cruzada).

2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da IFAC tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da IFAC é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

c) Créditos a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (I) créditos não tributários; (II) dívida ativa; (III) transferências concedidas; (IV) empréstimos e financiamentos concedidos; (V) adiantamentos; e (VI) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. O ajuste para perdas, calculado com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber ainda não foram iniciados por todos os órgãos vinculados ao MEC.

d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do órgão. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

e) Estoques

Compreendem as mercadorias que compõe o almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

f) Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (I) créditos não tributários; (II) dívida ativa; (III) empréstimos e financiamentos concedidos; (IV) investimentos temporários; e (V) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (I) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (II) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

g) Investimentos

São compostos por participações permanentes avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial - MEP na entidade controladora (União) e pelo Método do Custo.

As participações permanentes representam os investimentos realizados pela União em empresas, consórcios públicos e fundos. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo MEP. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (I) valor justo; e (II) custo depreciado. No âmbito da IFAC, não há essa categoria de investimentos.

h) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

i) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da IFAC, é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

O cálculo referente à depreciação de Bens Imóveis de Uso Especial é realizada pela Secretaria de Patrimônio da União - SPU/MPOG, em atendimento à Instrução Normativa SPU nº 1, de 02.12.2014, que dispõe sobre as diretrizes de avaliação dos imóveis da União ou de seu interesse, bem como define os parâmetros técnicos de avaliação para cobrança em razão de sua utilização; e à Portaria Conjunta STN/SPU nº 703, de 10.12.2014, que dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União é registrado no SIAFI pela CCONT/STN.

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da IFAC é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

j) Passivos Circulantes e Não Circulantes

As obrigações da IFAC são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (I) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (II) empréstimos e financiamentos; (III) fornecedores e contas a pagar; (IV) obrigações fiscais; (V) obrigações de repartições a outros entes; (VI) provisões; e (VII) demais obrigações.

k) Provisões

Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto.

As provisões estão segregadas em seis categorias: (I) riscos trabalhistas; (II) riscos fiscais; (III) riscos cíveis; (IV) repartição de créditos tributários; (V) provisões matemáticas; e (VI) outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

I) Ativos e Passivos Contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas. Ativo contingente é um ativo possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR 2023

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2023 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do ACRE (26425), refletindo a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2023 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal. As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2023, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto os assuntos mencionados a seguir:

- (a) Saldo Contábil Bens Moveis não confere com RMB
- (b) Falta registro Depreciação/Amortização Ativo Imob.
- (c) Falta evol. Incompatível Amortização Ativo Intangível
- (d) Falta avaliação bens móveis/imóveis/Intang/outros
- (e) Saldo Alongado/Indevido Contas Ativo Circulante
- (f) Saldo Alongado/Indevido Contas de Controle
- (g) Saldos Alongados/Indevidos Contas Transitórias Pass. Circulante
- (h) Falta/Restrição Conformidade de Registro de Gestão

Bens Imóveis - Há saldos alongados referentes a obras em andamento que já foram concluídas que só poderiam ser baixadas após reavaliações. Foram feitas reavaliações de alguns imóveis a pedido da CGU e lançadas as devidas atualizações no SIAFI para conciliação, é necessária a regularização da conta obras em andamento dos imóveis reavaliados. Os imóveis que faltaram reavaliações foram os recebidos por doações pelo IFAM.

Bens Móveis – As informações dos bens móveis que se encontram nos demonstrativos contábeis não estão fidedignas com a realidade patrimonial do órgão, há divergências nas rubricas e valores encontrados nas conciliações mensais entre RMB e sistema SIAFI. Providências administrativas relatadas: Estão em andamento trabalhos que visam a conclusão do inventário 2023 para subsidiar a implantação do sistema SIADS (módulo patrimônio), e assim, apurar o valor real físico dos bens móveis e conciliações de saldos e rubricas.

Falta Depreciação e Amortização: devido a limitação do sistema patrimonial atual (sipac), não é realizada depreciação e amortização dos bens móveis e intangíveis. Há o registro da

depreciação apenas dos imóveis que se encontram no sistema Spiunet. Com a implantação do novo sistema será possível a efetiva depreciação/amortização para resolução dessa pendência.

Falta avaliação dos bens móveis, imóveis, intangíveis e outros: Esta restrição foi cumprida parcialmente referente apenas aos bens imóveis, pois foram reavaliados, a pedido da CGU, os seguintes Campus: Campus Tarauacá, Campus Xapuri, Campus Baixada do Sol Escola da Floresta.

Saldos alongados: Há a necessidade de ajustes de saldos referentes a contratos de despesas e receitas (contas de controle) para que as informações refletidas nos demonstrativos reflitam a realidade contratual do órgão.

Há saldos alongados nas Contas Transitórias Passivo Circulante, referente a TEDS a comprovar, pois, há Teds finalizados com prestações de contas concluídas que ainda se encontram com status pendente no SIAFI, devido a necessidade de informações e procedimentos formais da unidade repassadora. Os setores responsáveis foram alertados sobre a necessidade de informações e adoção de fluxos e gerenciamento que subsidiem as regularizações necessárias.

Falta/Restrição Conformidade de Registro de Gestão: Alguns dias não foram efetuados a conformidade de registro de gestão no exercício de 2023.

Greiciane Coelho Camargo
CONTADOR/CRC:002763/O-0 T-AC
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Acre
Rio Branco/AC 28/01/2022

3. Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial – BP – 4º Trimestre/2023

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). Os ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante. No Balanço Patrimonial têm-se a visão patrimonial como base para análise e registro dos fatos contábeis. (MCASP, Parte V, 9ª Ed. 2021)

3.1 - Ativo Circulante e Não Circulante

O Ativo Circulante no final do exercício de 2023 equivale a cerca de 7,95% em relação ao montante do Ativo Total, sendo composto por Caixa e Equivalentes de Caixa com 89,77%, seguidos de Demais Créditos a Curto Prazo 8,03% e Estoques 2,2% em relação ao total do Ativo Circulante, sendo a ordem apresentada por grau de liquidez.

Quanto ao Ativo Não Circulante, comparando com o final do exercício de 2022, percebe-se um aumento de cerca de 5,94%. O Saldo do Ativo Não Circulante, em 31/12/2023, equivale a cerca 92,05% do Ativo Total.

Tabela 01 - Ativo - Composição

Ativo	31/12/2023	31/12/2022	AV (%)	AH (%)
Ativo Circulante	12.557.930,83	11.451.151,27	7,95	9,67
Caixa e Equivalentes de Caixa	11.273.284,04	10.189.784,53	89,77	10,63
Demais Créditos a Curto Prazo	1.008.259,27	923.684,08	8,03	9,16
Estoques	276.387,52	337.682,66	2,20	-18,15
Ativo Não Circulante	145.463.717,27	137.302.505,59	92,05	5,94
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.557,54	1.557,54	0,00	0,00
Imobilizado	144.608.388,89	136.529.177,21	99,41	5,92
Intangível	853.770,84	771.770,84	0,59	10,62
Total do Ativo	158.021.648,10	148.753.656,86	100,00	6,23

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

3.2 - Caixa e Equivalentes de Caixa

O grupo Caixas e Equivalentes de Caixa incluem o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis, bem como seus equivalentes, além das aplicações financeiras de liquidez imediata, ou seja, alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses.

Na tabela a seguir é apresentada a composição do item Caixa e Equivalentes de Caixa, no final do exercício de 2023 em comparação ao final do exercício anterior.

Tabela 02 - Caixa e Equivalentes de Caixa - Composição

Caixa e Equivalentes de Caixa	31/12/2023	31/12/2022	AV (%)	AH (%)
Demais Contas - Caixa Econômica Federal	34.409,95	35.134,79	0,31	-2,06
Limite de Saque com vinculação de Pgto	1.723.942,44	1.750.409,46	15,29	-1,51
Limite de Saque c/ vinc. de Pgto - Ordem P	9.514.931,65	8.404.240,28	84,40	13,22
Total	11.273.284,04	10.189.784,53	-	10,63

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

Observa-se que 99,69% das disponibilidades do Caixa e Equivalentes de Caixa são Recursos da Conta Única do Tesouro decorrentes de transferências realizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional através do MEC, os demais 0,31% referem-se a Cauções recebidas de empresas referente a garantia contratual. Pode-se notar que houve um acréscimo neste grupo de cerca de 13,22% em relação ao final de 2022.

3.3 - Estoques

Na tabela abaixo, apresenta-se a composição do Grupo Estoques, para o final do Quarto Trimestre de 2023 em comparação ao final do exercício anterior.

Tabela 03 - Estoques			
Conta - Discriminação	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)
Estoques	276.387,52	337.682,66	-18,15

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

Percebe-se uma diminuição de 18,15% em relação ao fim de 2022.

Na tabela a seguir demonstra-se a composição do grupo Estoques:

Tabela 04 - Estoques - Composição		
Conta - Discriminação	31/12/2023	AV (%)
1.1.1.5.6.1.01.00 - Estoques		
07 - Gêneros de Alimentação	124,63	0,05
14 - Material Educativo e Esportivo	15.317,82	5,54
15 - Material para Festividades e Homenagens	13,90	0,01
16 - Material de Expediente	123.951,17	44,85
17 - Material de Processamento de Dados	37.659,33	13,63
19 - Material de Acondicionamento de Embalagem	8.987,35	3,25
21 - Material de Copa e Cozinha	4.842,98	1,75
22 - Material de Limpeza e Prod. De Higienização	3.000,97	1,09
23 - Uniformes, Tecidos e Aviamentos	28.682,14	10,38
25 - Material para Manutenção de Bens Móveis	3.814,55	1,38
26 - Material Elétrico e Eletrônico	9.584,20	3,47
28 - Material de Proteção e Segurança	32.872,81	11,89
35 - Material Laboratorial	5.256,06	1,90
36 - Material Hospitalar	15,49	0,01
42 - Ferramentas	2.078,32	0,75
44 - Material de Sinalização Visual e Outros	185,80	0,07
Total	276.387,52	100,00

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

Tendo em vista a demonstração dos itens que compõem a conta Estoques, observa-se que o grupo Material de Expediente corresponde a 44,85% do total da conta, seguido de Material de

Processamento de dados representando 13,63% do total, esses dois grupos são responsáveis por 58,47% do total da conta Estoques.

Cabe salientar que após a implantação do sistema SIADS – módulo Almoxarifado, a Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio (COPAL) envia mensalmente o RMA para que seja confrontado com o constante na conta de Estoques, demonstrada acima. Destacamos que, na competência: Dezembro/2023 foram identificadas diferenças em alguns itens. As divergências são encaminhadas ao setor COPAL para que sejam analisadas e realizados os procedimentos necessários para que as contas contábeis reflitam fidedignamente a realidade do IFAC.

CONCILIAÇÃO SIAFI x RMA - DEZEMBRO/2023				
SUBITEM		SIAFI	TOTAL RMAS	DIFERENÇA
7	Gêneros de alimentação	R\$ 124,63	R\$ 153,40	-R\$ 28,77
14	Material educativo e esportivo	R\$ 15.317,82	R\$ 15.317,82	R\$ -
15	Material p/ festividades e homenagens	R\$ 13,90	R\$ 13,90	R\$ -
16	Material de expediente	R\$ 123.951,17	R\$ 128.855,80	-R\$ 4.904,63
17	Material de TIC	R\$ 37.659,33	R\$ 37.684,92	-R\$ 25,59
19	Material de condicionamento	R\$ 8.987,35	R\$ 9.643,45	-R\$ 656,10
21	Material de copa e cozinha	R\$ 4.842,98	R\$ 5.664,64	-R\$ 821,66
22	Material de limpeza e higienização	R\$ 3.000,97	R\$ 3.045,67	-R\$ 44,70
23	Uniformes, tecidos e aviamentos	R\$ 28.682,14	R\$ 28.682,14	R\$ -
25	Material p/ manutenção de bens móveis	R\$ 3.814,55	R\$ 4.019,39	-R\$ 204,84
26	Material elétrico e eletrônico	R\$ 9.584,20	R\$ 11.064,97	-R\$ 1.480,77
28	Material de proteção e segurança	R\$ 32.872,81	R\$ 33.808,66	-R\$ 935,85
35	Material laboratorial	R\$ 5.256,06	R\$ 5.256,06	R\$ -
36	Material hospitalar	R\$ 15,49	R\$ 15,49	R\$ -
42	Ferramentas	R\$ 2.078,32	R\$ 2.078,32	R\$ -
44	Material de sinalização visual	R\$ 185,80	R\$ 1.494,80	-R\$ 1.309,00
59	Material para divulgação	R\$ -	R\$ 1.128,00	-R\$ 1.128,00
TOTAL		R\$ 276.387,52	R\$ 287.927,43	-R\$ 11.539,91

Destaca-se a importância de que mesmo havendo integração entre os sistemas, é necessário o acompanhamento tanto pelo setor de Patrimônio quanto pelo setor de Contabilidade, sendo de extrema importância a análise dos dados para acompanhamento da evolução das contas.

3.4 - Imobilizado

O Imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2023, o Instituto Federal do Acre apresentou um saldo de R\$144.608.388,89 (cento e quarenta e quatro milhões, seiscentos e oito mil, trezentos e oitenta e oito reais e oitenta e nove centavos) relacionados ao Imobilizado. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para o final de 2023 e o fim do exercício de 2022.

Tabela 05 - Imobilizado - Composição			
Imobilizado	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)
Bens Móveis	50.535.430,58	46.653.267,26	8,32
(+) Valor Bruto Contábil	50.535.430,58	46.653.267,26	8,32
(-) Depr./Amort./Ex Acum. de Bens Móveis	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	-
Bens Imóveis	94.072.958,31	89.875.909,95	4,67
(+) Valor Bruto Contábil	94.095.593,00	89.894.312,95	4,67
(-) Depr./Amort./Ex Acum. de Bens Imóveis	-22.634,69	-18.403,00	22,99
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-
Total	144.608.388,89	136.529.177,21	5,92

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

3.4.1 - Bens Móveis

Os Bens Móveis do Órgão 26425 – Instituto Federal do Acre, em 31/12/2023, totalizavam R\$50.535.430,58 (cinquenta milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e trinta reais e cinquenta e oito centavos), e conta com um aumento real de 8,32% e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir:

Tabela 06 - Bens Móveis - Composição				
Bens Móveis	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	9.608.662,56	9.335.177,17	2,93	19,01
Bens de Informática	19.075.061,28	17.735.655,04	7,55	37,75
Móveis e Utensílios	10.725.396,87	9.673.074,99	10,88	21,22
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	5.213.351,39	4.996.199,18	4,35	10,32
Veículos	5.500.158,00	4.645.691,40	18,39	10,88
Demais Bens Móveis	412.800,48	267.469,48	54,34	0,82
Total	50.535.430,58	46.653.267,26	8,32	100,00

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

Dos Bens Móveis registrados no IFAC, os subgrupos: Bens de Informática; Móveis e utensílios; e Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas são os que mais representam a totalidade do grupo, com 77,98%.

Cabe salientar que os Bens Móveis registrados no Balanço Patrimonial não refletem com total fidedignidade a realidade do IFAC, conforme apontado mensalmente na conformidade contábil, pois não há registro de depreciação, amortização e reavaliação. Outro ponto a se considerar é a limitação sistêmica, que atualmente não gera os devidos registros, além de haver problemas desde a migração no tocante as rubricas de classificação dos itens, muito embora são realizadas análises e conferências e algumas dessas pendências já foram sanadas, ainda constam saldos a reclassificar para que a situação patrimonial do IFAC se torne fidedigna a realidade.

Encontra-se em andamento os trabalhos da comissão de inventário que estão realizando o levantamento da realidade patrimonial do IFAC, sendo que estão em trabalho de finalização. Cabe salientar que ao mesmo tempo está em fase de implantação o módulo Patrimônio do SIADS para que possa ser realizada a migração dos dados de forma mais fidedigna possível a realidade do IFAC.

Nesta esteira frisamos a importância deste trabalho prévio para que se possa alcançar as correções necessárias, ajustes nos saldos, reavaliações necessárias até a implantação do sistema SIADS para que se possa alcançar a excelência na gestão e transparência dos dados, porém cabe destacar que o IFAC se encontra com número reduzido de servidores, sendo assim, o andamento dessas atividades demanda maior tempo que o necessário.

Conforme pode-se observar no quadro abaixo, confrontou-se as informações relativas aos relatórios enviados a Coordenação de Contabilidade juntamente com os saldos constantes no SIAFI.

NOME DA CONTA	RAZÃO SIAFI DEZEMBRO/2023		RELATÓRIO RMB - SIPAC DEZEMBRO/2023		DIFERENÇA
	CÓDIGO CONTA	SALDOS	CÓDIGO CONTA	SALDOS	
BENS MÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	123110100	R\$ 9.608.662,56		R\$ 8.121.046,23	R\$ 1.487.616,33
Máquinas, Aparelhos, Equip. e Ferramentas	123110101	R\$ 1.297.307,72	5204	R\$ 1.237.367,56	R\$ 59.940,16
APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	123110101	R\$ 1.297.307,72	5204	R\$ 1.237.367,56	R\$ 59.940,16
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	123110102	R\$ 70.860,17	5206	R\$ 47.415,47	R\$ 23.444,70
EQUIPAMUTENSILIOS MEDICOS,ODONTO,LAB E HOSP	123110103	R\$ 2.894.344,44	5208	R\$ 2.737.617,70	R\$ 156.726,74
APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSOES	123110104	R\$ 291.805,67	5210	R\$ 269.461,04	R\$ 22.344,63
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	123110105	R\$ 125.146,82	5224	R\$ 103.786,83	R\$ 21.359,99
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	123110106	R\$ 104.418,43	5228	R\$ 145.898,42	-R\$ 41.479,99
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICO	123110107	R\$ 1.872.948,17	5230	R\$ 1.930.100,20	-R\$ 57.152,03
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	123110108	R\$ 1.136,31	5232	R\$ 1.136,31	R\$ 0,00
MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	123110109	R\$ 120.605,98	5238	R\$ 123.051,70	-R\$ 2.445,72
EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS P/AUTOMOVEIS	123110112	R\$ 47.951,00	5257	R\$ 45.919,00	R\$ 2.032,00
EQUIPAMENTOS E SISTEMA DE PROT. VIG. AMBIENTAL	123110119	R\$ 0,00	5283	R\$ 20.600,00	-R\$ 20.600,00
MAQUINAS E UTENSILIOS AGROPECUARIO/RODOVIARIO	123110120	R\$ 459.953,57	5240	R\$ 724.585,56	-R\$ 264.631,99
EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRIC	123110121	R\$ 7.130,07	5239	R\$ 33.902,43	-R\$ 26.772,36
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ELETRO-ELE	123110124	R\$ 19.470,00	-	R\$ 0,00	R\$ 19.470,00
MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTO DIVERSOS	123110125	R\$ 2.295.584,21	5234	R\$ 684.104,01	R\$ 1.611.480,20
OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	123110199	R\$ 0,00	5299	R\$ 16.100,00	-R\$ 16.100,00
Bens De Informática	123110200	R\$ 19.075.061,28		R\$ 17.256.502,28	R\$ 1.818.559,00
EQUIP DE TECNOLOG DA INFOR E COMUN	123110201	R\$ 19.075.061,28			
EQUIP DE PROCESSAMENTO DE DADOS			5235	R\$ 10.584.750,67	
EQUIPAMENTOS DE TIC - ATIVOS DE REDE			5237	R\$ 853.120,70	
EQUIPAMENTOS DE TIC - COMPUTADORES			5241	R\$ 4.027.202,13	
EQUIPAMENTOS DE TIC - SERV/STORAGE			5243	R\$ 1.441.336,00	
EQUIPAMENTOS DE TIC - IMPRESSORAS			5245	R\$ 345.172,98	
EQUIPAMENTOS DE TIC - TELEFONIA			5247	R\$ 4.919,80	
Móveis e Utensílios	123110300	R\$ 10.725.396,87		R\$ 12.532.442,47	-R\$ 1.807.045,60
APARELHOS E UTENSILIOS DOMÉSTICOS	123110301	R\$ 1.876.611,27	5212	R\$ 2.133.564,19	-R\$ 256.952,92
MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITÓRIO	123110302	R\$ 750.360,73	5236	R\$ 66.513,00	R\$ 683.847,73
MOBILIARIO EM GERAL	123110303	R\$ 8.098.424,87	5242	R\$ 10.332.365,28	-R\$ 2.233.940,41
Materiais Culturais, Educ. e de Comunicação	123110400	R\$ 5.213.351,39		R\$ 5.107.192,89	R\$ 106.158,50
COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICO	123110402	R\$ 2.551.474,77	5218	R\$ 2.538.240,77	R\$ 13.234,00
INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	123110404	R\$ 203.593,43	5226	R\$ 139.372,43	R\$ 64.221,00
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	123110405	R\$ 2.458.283,19	5233	R\$ 2.429.579,69	R\$ 28.703,50
Veículos	123110500	R\$ 5.500.158,00		R\$ 5.365.284,86	R\$ 134.873,14
VEICULOS EM GERAL	123110501	R\$ 525.680,04	5248	R\$ 422.306,91	R\$ 103.373,13
VEICULOS DE TRACAO MECANICA	123110503	R\$ 4.974.477,96	5252	R\$ 4.942.977,95	R\$ 31.500,01
Demais Bens Móveis	123119900	R\$ 412.800,48		R\$ 457.321,24	-R\$ 44.520,76
BENS MOVEIS A CLASSIFICAR	123119908	R\$ 50.303,91		-	R\$ 50.303,91
PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	123119909	R\$ 362.496,57	5251	R\$ 457.321,24	-R\$ 94.824,67
Intangível	124000000	INTANGIVEL		R\$ 67.995,58	-R\$ 67.995,58
AQUISIÇÃO DE SOFTWARE PRONTO	124000000	INTANGIVEL	4005	R\$ 67.995,58	INTANGIVEL
TOTAL		R\$ 50.535.430,58		R\$ 48.907.785,55	R\$ 1.627.645,03

Conforme apresentado, vê-se que em 31 de dezembro de 2023, existe uma diferença de R\$1.627.645,03 (um milhão, seiscentos e vinte e sete mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e três centavos), do saldo registrado no SIAFI em confronto ao enviado pelo Relatório Mensal de Bens Móveis da competência: 12/2023 (RMB).

Com a previsão do recebimento do inventário pela CCONT e em posse de relatórios que estejam o mais próximo da realidade, serão realizados os devidos ajustes contábeis com a finalidade de que seja representado o real saldo dos referidos Bens, a fim de ajustar lançamentos em rubricas genéricas ou equivocadas. Além disso, com a finalização da implantação do sistema SIADS em que será possível o cálculo da depreciação, e em continuidade ao processo de desfazimento de bens, objetiva-se a demonstração do valor real dos Bens Móveis. Salientamos ainda que mensalmente é indicada tal inconsistência na Conformidade Contábil através das restrições: 634, 640, 642 e 643, tendo em vista todos os dados explicitados anteriormente.

3.4.2 - Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União em 31/12/2023 totalizavam R\$ 94.072.958,31 (noventa e quatro milhões, setenta e dois mil, novecentos e cinquenta e oito reais e trinta e um centavos) e estão distribuídos em contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 07 - Bens Imóveis - Composição				
Bens Imóveis	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Bens de Uso Especial	50.135.202,15	50.135.202,15	0,00	53,29
Bens Imóveis em Andamento	43.960.390,85	39.759.110,80	10,57	46,73
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	-22.634,69	-18.403,00	22,99	-0,02
Total	94.072.958,31	89.875.909,95	4,67	100,00

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

De acordo com a tabela anterior, os Bens de Uso Especial correspondem a 53,29% de todos os Bens Imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Instituto Federal do Acre, perfazendo o montante de R\$50.135.202,15 (cinquenta milhões, cento e trinta e cinco mil, duzentos e dois reais e quinze centavos), em 31/12/2023 a valores brutos.

Cabe salientar que os bens registrados na conta Bens Imóveis em Andamento devem ser analisados e alocados em sua devida classificação após findo as obras. A Contabilidade tem emitido documentos alertando para essa finalidade, porém, ainda não se teve respostas satisfatórias quanto a devida informação dos bens para o seu registro.

Em síntese, os bens de uso especiais mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário federal são constituídos de Imóveis de uso educacional e Edifícios, registrando sua totalidade nesta categoria.

Tabela 08 - Bens de Uso Especial - Composição			
Bens de Uso Especial	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)
Imóveis de Uso Educacional	50.135.202,15	50.135.202,15	0,00
Total	50.135.202,15	50.135.202,15	0,00

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

3.4.2.1 - Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no

Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

3.5 - Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade deverão ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*Impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, devem ser testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida deve ser revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Em 31/12/2023, o Órgão 26425 – Instituto Federal do Acre, apresentou um saldo de R\$ 853.770,84 (oitocentos e cinquenta e três mil, setecentos e setenta reais e oitenta e quatro centavos) relacionados ao Intangível. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para o final de 2023 e o fim do exercício de 2022.

Tabela 09 - Intangível - Composição				
Intangível	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Softwares	852.862,84	770.862,84	10,64	99,89
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	908,00	908,00	0,00	0,11
Amortização Acumulada	-	-	-	-
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	-	-	-	-
Total	853.770,84	771.770,84	10,62	100,00

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

No Intangível, destaca-se o item Software com Vida Útil Indefinida, que representa cerca de 99,89% do total do grupo, seguido do grupo Marcas, Direitos e Patentes, 0,11%. Cabe salientar que o IFAC não realiza o *Impairment Test* em seus ativos intangíveis tendo em vista a limitação sistêmica atual do Instituto, além disso nenhum ajuste de exercício anterior fora realizado com itens do Ativo Intangível.

3.6 - Passivo Circulante, Não Circulante E PL

O Passivo Circulante no final do exercício de 2023 equivale a 40,41% do Total do Passivo e PL, se comparado ao final do exercício anterior, observou-se um aumento de 15,08%. O saldo constante no Passivo Circulante é composto, em ordem de exigibilidade, por: Demais Obrigações a Curto Prazo (85,66%), Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias (12,54%) e Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo (1,8%).

Já no Passivo Não Circulante podemos observar o saldo de R\$34.409,95 (trinta e quatro mil, quatrocentos e nove reais e noventa e cinco centavos) referente a conta 228810402 - Depósitos e Cauções Recebidas.

Quanto ao Patrimônio Líquido observa-se que este equivale a 59,56% do Passivo total e não apresentou um resultado relevante em relação ao mesmo período do exercício anterior, para tanto será apresentado ao final a análise específica quanto ao resultado do Patrimônio.

Tabela 10 - Passivo e Patrimônio Líquido - Composição

Passivo	31/12/2023	31/12/2022	AV (%)	AH (%)
Passivo Circulante	63.864.340,63	55.494.481,13	40,41	15,08
Obrigações Trab. e Previdenciárias	8.006.559,19	7.011.727,90	12,54	14,19
Fornecedores e Cont. a Pagar Curto Prazo	1.150.963,23	1.493.201,18	1,80	-22,92
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00	0,00	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	54.706.818,21	46.989.552,05	85,66	16,42
Passivo Não Circulante	34.409,95	35.134,79	0,02	-2,06
Obrigações Trab. e Previdenciárias a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo	34.409,95	35.134,79	0,05	-2,06
Total do Passivo Exigível	63.898.750,58	55.529.615,92	40,44	15,07
Patrimônio Líquido	94.122.897,52	93.224.040,94	59,56	0,96
Resultado do Exercício	898.856,58	27.449.127,23	0,95	-96,73
Resultados de Exercícios Anteriores	93.224.040,94	65.762.964,92	99,05	41,76
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	11.948,79	0,00	-100,00
Total do Passivo	158.021.648,10	148.753.656,86	100	6,23

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

3.6.1 - Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2023, o Instituto Federal do Acre apresentou um saldo em aberto de R\$1.150.963,23 (um milhão, cento e cinquenta mil, novecentos e sessenta e três reais e vinte e três centavos) relacionados a Fornecedores e contas pagar, sendo a totalidade das obrigações no curto prazo. A seguir, apresenta-se a tabela, comparando o final do exercício de 2023 com o fim do exercício de 2022.

Tabela 11 - Fornecedores e Contas a Pagar - Composição

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)
Nacionais	1.150.963,23	1.493.201,18	-22,92
Total	1.150.963,23	1.493.201,18	-22,92

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

Na continuação, apresenta-se a tabela com os 05 (cinco) fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 31/12/2023.

Fornecedores e Contas a Pagar	31/12/2023	AV (%)
Artline Ind e Com de Móveis LTDA	248.358,58	21,58
Bomfim & Sousa Comércio, Construção e Limpeza	144.570,89	12,56
E M Costa LTDA	138.327,36	12,02
Comfort Móveis LTDA	87.371,00	7,59
Gold Service Vigilância e Segurança LTDA	68.988,86	5,99
Demais	463.346,54	40,26
Total	1.150.963,23	100,00

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

3.6.2 - Obrigações Contratuais

Em 31/12/2023, o Instituto Federal do Acre possuía um saldo de R\$34.814.676,73 (trinta e quatro milhões, oitocentos e catorze mil, seiscentos e setenta e seis reais e setenta e três centavos) de obrigações contratuais, relacionados a parcelas de contratos que serão executadas nos próximos exercícios, apresentando um acréscimo de 23,47%, se comparado com o fim do exercício anterior.

Na Conformidade Contábil do órgão, é informado mensalmente a restrição 653, uma vez que as contas de controle referentes aos saldos de contratos não refletem a realidade nos demonstrativos, pois há casos em que o contrato foi encerrado e não houve a solicitação de baixa na conta, sendo assim, estão sendo efetuados ajustes em saldos de contratos encerrados com base nas informações recebidas do setor de Contratos.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Obrigações Contratuais	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)
Aluguéis	653.085,17	1.366.571,22	-52,21
Fornecimento de Bens	776.384,00	855.000,00	-9,19
Seguros	95.246,95	65.569,58	45,26
Serviços	33.289.960,61	25.908.785,88	28,49
Total	34.814.676,73	28.195.926,68	23,47

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

As obrigações contratuais relacionadas aos Serviços representam 95,62%, a maioria do total das obrigações assumidas pelo Instituto Federal do Acre ao final de 2023, como a execução orçamentária e financeira é centralizada na UG 158156, 100% das obrigações contratuais até o fim do 4º trimestre será de responsabilidade da Reitoria. Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os 10 (dez) contratos mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2023.

Tabela 14 - Obrigações Contratuais - Serviços - Por Contratado		
Contratos de Serviços em Execução	31/12/2023	AV (%)
Facto Turismo LTDA	2.676.421,06	8,04
Gold Service Vigilância e Segurança LTDA	2.603.821,94	7,82
Bomfim & Sousa Comércio, Construção e Limpeza LTDA	260.262,32	0,78
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S.A.	1.722.306,35	5,17
Fundo de Imprensa Nacional	1.679.914,80	5,05
Prime Consultoria e Assessoria Empresarial LTDA	1.620.512,54	4,87
Rafael Wiciuk LTDA	1.419.919,60	4,27
Garden Produtos e Serviços LTDA	1.312.921,40	3,94
Santos Comércio e Construção LTDA	1.276.000,00	3,83
Instituto de Desenvolvimento Educacional, Cultural	1.129.857,00	3,39
Demais	17.588.023,60	52,83
Total	33.289.960,61	100,00

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

3.7 - Resultados Acumulados e Patrimônio Líquido

Conforme evidencia a tabela a seguir, o Patrimônio Líquido do órgão, em 31 de dezembro de 2023, apresenta o valor de R\$94.122.897,52 (noventa e quatro milhões, cento e vinte e dois mil, oitocentos e noventa e sete reais e cinquenta e dois centavos). Observa-se, no resultado geral do Patrimônio Líquido, que houve um acréscimo em relação ao fim do exercício anterior.

Tabela 15 - Patrimônio Social e Capital Social - Composição				
Conta - Discriminação	31/12/2023	31/12/2022	AV (%)	AH (%)
Patrimônio Social e Capital Social	-	-		
Adiant. para Futuro Aum. de Capital (AFAC)	-	-		
Reservas de Capital	-	-		
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-		
Reservas de Lucros	-	-		
Demais Reservas	-	-		
Resultados Acumulados	94.122.897,52	93.224.040,94	59,56	0,96
Resultado do Exercício	898.856,58	27.449.127,23	0,95	-96,73
Resultados de Exercícios Anteriores	93.224.040,94	65.762.964,92	99,05	41,76
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	11.948,79	0,00	-100,00
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-	-	
Total do Patrimônio Líquido	94.122.897,52	93.224.040,94	59,56	0,96
Total do Passivo e P.L.	158.021.648,10	148.753.656,86	100,00	6,23

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

4. Notas Explicativas à Demonstr. das Var. Patrimoniais – DVP – 4º Trimestre/2023

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária. Por meio dela é possível verificar o resultado patrimonial do exercício que é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício. (MCASP, 9ª Ed. 2021).

Em suma, a DVP evidencia a contrapartida (aumentativa ou diminutiva) dos registros realizados no Balanço Patrimonial.

4.1 - Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para a IFAC e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorreram decréscimos nos benefícios econômicos para a IFAC, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Demonstração Variações Patrimoniais	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas	164.143.583,60	169.222.397,69	-3,00
Variações Patrimoniais Diminutivas	163.244.727,02	141.773.270,46	15,14
Resultado Patrimonial do Período	898.856,58	27.449.127,23	-96,73

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

4.2 - Variações Patrimoniais Aumentativas

Das Variações Patrimoniais Aumentativas, a conta que mais contribuiu para o resultado positivo do período foi o de Transferências e Delegações Recebidas, com R\$158.166.007,74 (cento e cinquenta e oito milhões, cento e sessenta e seis mil, sete reais e setenta e quatro centavos), representando 96,36% do total das VPAs, de acordo com a tabela abaixo.

Demonstração Variações Patrimoniais	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas	164.143.583,60	169.222.397,69	-3,00	100,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	781.744,58	41.821,19	100,00	0,48
VPA Aumentativas Financeiras	-	-	0,00	0,00
Transferências e Delegações Recebidas	158.166.007,74	148.341.142,03	6,62	96,36
Valoriz. e ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	5.095.947,95	20.764.961,16	-75,46	3,10
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	99.883,33	74.473,31	34,12	0,06

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

Observa-se que do total dos valores referentes a “Transferências e Delegações Recebidas”, a conta Transferência Intragovernamentais representa significativamente a disponibilidade financeira recebida como contrapartida dos recursos.

Conta - Discriminação	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas	164.143.583,60	169.222.397,69	-3,00	100,00
Transferências e Delegações Recebidas	158.166.007,74	148.341.142,03	6,62	96,36
Transferências Intragovernamentais	158.117.896,72	148.331.418,03	6,60	96,33
Transferências a Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	48.111,02	9.724,00	394,77	0,03

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

4.3 - Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas

Com relação ao Total das Variações Patrimoniais Diminutivas, a conta que teve maior

relevância no resultado foi Pessoal e Encargos, totalizando R\$128.265.509,53 (cento e vinte e oito milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e nove reais e cinquenta e três centavos), observando um aumento nesta despesa de 13,31% em relação ao mesmo período do exercício anterior, sendo seu impacto em 78,57% do valor total das VPD.

Na tabela a seguir, seguem mais informações sobre as Variações Patrimoniais Diminutivas.

Tabela 19 - Variações Patrimoniais Diminutivas - Composição

Demonstração Variações Patrimoniais	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Variações Patrimoniais Diminutivas	163.244.727,02	141.773.270,46	15,14	100,00
Pessoal e Encargos	128.265.509,53	113.202.444,19	13,31	78,57
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.691.578,16	1.395.938,32	21,18	1,04
Uso de Bens, Serv. e Consumo Capital Fixo	20.223.364,52	16.088.022,61	25,70	12,39
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	3.235,53	589,79	448,59	0,00
Transferências e Delegações concedidas	397.659,83	386.538,55	2,88	0,24
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorp. de Passivos	8.823.430,46	6.788.122,35	29,98	5,41
Tributárias	150.764,43	220.953,65	-31,77	0,09
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	3.689.184,56	3.690.661,00	-0,04	2,26

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

A conta Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras teve um aumento muito significativo de 448,59%, comparando-se dezembro/2023 com dezembro/2022.

5. Notas Explicativas ao Balanço Orçamentário – BO – 4º Trimestre/2023

O Balanço Orçamentário é o demonstrativo contábil adequado para demonstrar as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, sendo composto por um quadro principal, um quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados e um Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados (MCASP, 9ª Ed. 2021). Objetivando facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários, apresentamos a seguir as notas explicativas referentes ao BO, bem como as informações relacionadas aos Restos a Pagar.

5.1 - Receitas

Em 31/12/2023, o Balanço Orçamentário da Instituto Federal do Acre apresentou Receitas Realizadas no valor de R\$837.580,65 (oitocentos e trinta e sete mil, quinhentos e oitenta reais e sessenta e cinco centavos).

Importante salientar que o déficit apresentado na tabela abaixo, no valor de R\$165.464.795,62 (cento e sessenta e cinco milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, setecentos e noventa e cinco reais e sessenta e dois centavos) se deu em virtude de no Balanço Orçamentário somente contemplar as Receitas diretamente arrecadadas pela própria

Instituição, excluindo-se as transferências recebidas da União e de outros órgãos. Tais transferências constituem a maior parte das receitas do IFAC.

Tabela 20 - Receitas e Despesas por Categoria econômica

Categoria econômica	Previsão / Fixação	Previsão / Dotação Atualizada	Realização / Execução	Real/Exec (%)	AV (%) Realização / Execução
Receitas Correntes	962.401,00	962.401,00	837.580,65	87,03	100,00
Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Receitas	962.401,00	962.401,00	837.580,65	87,03	100,00
Despesas Correntes	138.087.183,00	160.037.180,00	157.672.596,49	98,52	94,81
Despesas de Capital	5.799.821,00	4.502.000,00	8.629.779,78	191,69	5,19
Total das Despesas	143.887.004,00	164.539.180,00	166.302.376,27	101,07	100,00
Déficit	-	-	165.464.795,62	-	-

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

O superávit/déficit é apurado confrontando as Receitas com as Despesas apresentadas no Balanço. Como a maior parte das Receitas não está contemplada no Balanço, surge o déficit. Ressalta-se que, segundo a 9ª edição do MCASP, este fato não representa irregularidade, haja vista que o balanço da IFAC compõe o BGU que, consolidado, se apresentará em perfeito equilíbrio. Em relação ao total das Receitas Previstas, constata-se que elas são compostas somente por receitas correntes.

A tabela seguinte evidencia a representatividade do grupo de Receitas Realizadas, na data base de 31/12/2023.

Tabela 21 - Receitas Correntes - Composição

Receitas Correntes	Receita Realizada	AV (%) Receita Realizada
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	101.686,48	12,14
Serviços Administ. e Comerc. Gerais	680.058,10	81,19
Multas e Juros Previstos em Cont.	42.209,95	5,04
Indeniz. Restit. E Ressarc.	13.626,12	1,63
Total	837.580,65	100,00

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

Percebe-se que 81,19% do total das Receitas Realizadas refere-se a Serviços Administrativos e Comerciais Gerais, que são os valores referentes as inscrições no Concurso Público do IFAC, Edital nº 01/2023–IFAC – Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e Edital nº 02/2023–IFAC – Técnico-Administrativos em Educação.

5.2 - Despesas

Conforme definido anteriormente, a Despesa Pública corresponde ao compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder Legislativo, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade, prevista/fixada no orçamento.

No quadro abaixo estão demonstradas a dotação atualizada e as respectivas despesas empenhadas (executadas), por grupo de despesa, conforme classificação orçamentária. Os grupos de Pessoal, Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes referem-se à categoria econômica Despesas Correntes; enquanto os grupos de Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida referem-se à categoria Despesas de Capital.

A tabela a seguir, detalha a composição das Despesas Correntes e de Capital.

GRUPO DESPESA	dez/23		dez/22		AH (%) (DOT)	AV (%) 2023 (DOT)	AV (%) 2023 (DESP. EMP.)
	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas			
1 - Pessoal e Encargos Sociais	124.657.338,00	122.588.720,20	109.960.110,00	108.983.376,05	13,37	77,89	77,75
2 - Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-
3 - Outras Despesas Correntes	35.379.842,00	35.083.876,29	25.500.588,00	27.184.177,98	38,74	22,11	22,25
Subtotal Despesas Correntes	160.037.180,00	157.672.596,49	135.460.698,00	136.167.554,03	18,14	97,26	94,81
4 - Investimentos	4.502.000,00	8.629.779,78	2.178.713,00	6.834.593,52	106,64	100,00	100,00
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização Dívida	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal Despesa de Capital	4.502.000,00	8.629.779,78	2.178.713,00	6.834.593,52	106,64	2,74	5,19
9 - Reserva Contingência	-	-	-	-	-	-	-
Total	164.539.180,00	166.302.376,27	137.639.411,00	143.002.147,55	19,54	100,00	100,00

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

Observa-se que o grupo de Despesa Corrente, com destaque para Pessoal e Encargos Sociais, teve uma evolução no 4º trimestre de 2023 em comparação ao mesmo período do ano anterior, apresentando um acréscimo de 13,37%. Analisando o total das Despesas Empenhadas em relação ao total da Dotação Atualizada, foram executadas até o final do exercício de 2023, 98,52% das Despesas Correntes e 191,69% das Despesas de Capital.

No que diz respeito à composição das Despesas, é importante mencionar que dos R\$166.302.376,27 (cento e sessenta e seis milhões, trezentos e dois mil, trezentos e setenta e seis reais e vinte e sete centavos) de Despesas empenhadas para o período, 77,75% referem-se a Despesas Correntes, para cobrir despesas com remuneração de servidores e os respectivos tributos incidentes sobre a Folha de pagamento do exercício de 2023; e apenas 22,25% referem-se às Despesas de Capital, referente a empenhos de despesas com custeio das atividades da Instituição.

5.3 - Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

O saldo dos Restos a Pagar Não Processados (RPNP) inscritos no Instituto Federal do

Acre, órgão 26425, em 31/12/2023, foi de R\$14.987.983,38 (catorze milhões, novecentos e oitenta e sete mil, novecentos e oitenta e três reais e trinta e oito centavos), sendo que desse valor 50,60% referem-se a Despesas de Capital e 49,40% a Outras Despesas Correntes.

Tabela 23 - Restos a Pagar Não Processados inscritos - Grupo de Despesa

Grupo de Despesa	1	2	3	4	5	Saldo	AV (%)	AH (%)
	RPNP (Inscritos + Reinscritos)	RPNP Cancelados	RPNP (Inscritos - Cancelados)	RPNP Liquidados	RPNP Pagos		RPNP (Inscritos + Reinscritos)	RPNP (Pagos / Inscritos - Cancelados)
Despesas Correntes	7.404.292,63	530.697,97	6.873.594,66	4.920.634,50	4.894.582,64	1.979.012,02	49,40	71,21
Outras Despesas Correntes	7.404.292,63	530.697,97	6.873.594,66	4.920.634,50	4.894.582,64	1.979.012,02	49,40	71,21
Despesas de Capital	7.583.690,75	-	7.583.690,75	6.898.344,28	6.733.708,20	849.982,55	50,60	88,79
Investimentos	7.583.690,75	-	7.583.690,75	6.898.344,28	6.733.708,20	849.982,55	50,60	88,79
TOTAL	14.987.983,38	530.697,97	14.457.285,41	11.818.978,78	11.628.290,84	2.828.994,57	100,00	80,43

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

Observa-se que 80,43% do total do RPNP, já deduzidos os cancelamentos, constante na tabela encontra-se pago, restando ainda um saldo total de R\$2.828.994,57 (dois milhões, oitocentos e vinte e oito mil, novecentos e noventa e quatro reais e cinquenta e sete centavos).

Tabela 24 - Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados - Grupo de Despesa

Despesas Orçamentárias	Inscritos em Exercício Anteriores	Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Pagos	Cancelados	Saldo	AH (%) (Pagos / Inscritos)
DESPESAS CORRENTES	55.866,90	9.468.024,83	9.398.204,16	2,44	125.685,13	98,68
Pessoal e Encargos Sociais	-	7.703.584,18	7.693.636,76	-	9.947,42	-
Outras Despesas Correntes	55.866,90	1.764.440,65	1.704.567,40	2,44	115.737,71	93,64
DESPESAS DE CAPITAL	275.868,50	246.873,33	246.873,33	-	275.868,50	47,23
Investimentos	275.868,50	246.873,33	246.873,33	-	275.868,50	47,23
TOTAL	331.735,40	9.714.898,16	9.645.077,49	2,44	401.553,63	96,00

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

Já em relação aos Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não Processados Liquidados observa-se que 96% do total constante no quadro encontra-se pago, restando ainda um saldo total de R\$401.553,63 (quatrocentos e um mil, quinhentos e cinquenta e três reais e sessenta e três centavos), sendo que as Despesas Correntes foram pagas quase que em sua totalidade, representando 98,68%.

Tabela 24 - Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados - Grupo de Despesa

Despesas Orçamentárias	Inscritos em Exercício Anteriores	Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Pagos	Cancelados	Saldo	AH (%) (Pagos / Inscritos)
DESPESAS CORRENTES	55.866,90	9.468.024,83	9.398.204,16	2,44	125.685,13	98,68
Pessoal e Encargos Sociais	-	7.703.584,18	7.693.636,76	-	9.947,42	99,87
Outras Despesas Correntes	55.866,90	1.764.440,65	1.704.567,40	2,44	115.737,71	93,64
DESPESAS DE CAPITAL	275.868,50	246.873,33	246.873,33	-	275.868,50	47,23
Investimentos	275.868,50	246.873,33	246.873,33	-	275.868,50	47,23
TOTAL	331.735,40	9.714.898,16	9.645.077,49	2,44	401.553,63	96,00

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

6. Notas Explicativas Ao Balanço Financeiro – BF – 4º Trimestre/2023

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro – BF evidencia as Receitas e Despesas Orçamentárias, bem como os Ingressos e Dispêndios Extraorçamentários, conjugados com os saldos de Caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. A seguir apresentam-se os Ingressos e os Dispêndios financeiros ocorridos na data base de 31/12/2023.

6.1 - Ingressos financeiros

Em 31/12/2023, o Balanço Financeiro da Instituto Federal do Acre apresentou saldo de R\$199.453.029,25 (cento e noventa e nove milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, vinte e nove reais e vinte cinco centavos) nos Ingressos financeiros, apresentando um aumento em cerca de 10,62% em relação ao mesmo período de 2022. O grupo que apresentou um aumento mais significativo foram as Receitas Orçamentárias (1.272,63%).

Os grupos Transferências Financeiras recebidas e Recebimentos Extra Orçamentários representam juntos 94,47% do total das entradas financeiras.

Tabela 25– Ingressos - Composição

Ingressos	31/12/2023	31/12/2022	AH*
Receitas Orçamentárias	837.580,65	61.020,17	1272,63
Transferências Financeiras Recebidas	158.117.896,72	148.331.418,03	6,60
Recebimentos Extra Orçamentários	30.307.767,35	22.748.882,42	33,23
Saldo do Exercício Anterior: Caixa e Equivalente de Caixa	10.189.784,53	9.159.612,84	11,25
TOTAL	199.453.029,25	180.300.933,46	10,62

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

6.2 - Dispêndios financeiros

No Instituto Federal do Acre, em 31/12/2023, os Dispêndios financeiros são constituídos, essencialmente, pelas Despesas orçamentárias. No período analisado, dos R\$ 199.453.029,25 (cento e noventa e nove milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, vinte e nove reais e vinte e cinco centavos) de Dispêndios financeiros, 83,37% se referem às Despesas orçamentárias que apresentou um acréscimo de 16,29% se comparado ao mesmo período do exercício anterior, em termos percentuais.

Observando-se o total dos Dispêndios, observamos um acréscimo de 10,62% se comparado ao mesmo período do exercício anterior.

Tabela 26 – Dispêndios - Composição

Dispêndios	31/12/2023	31/12/2022	AH*
Despesas Orçamentárias	166.302.376,27	143.002.147,55	16,29
Transferências Financeiras Concedidas	360.559,85	351.859,65	2,47
Pagamentos Extraorçamentários	21.516.809,09	26.757.141,73	-19,58
Saldo para o Exercício Seguinte: Caixa e Equivalente de	11.273.284,04	10.189.784,53	10,63
TOTAL	199.453.029,25	180.300.933,46	10,62

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

6.3 - Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas

Para compreender melhor as informações relacionadas às transferências financeiras, devemos nos reportar ao Balanço Orçamentário. Conforme mencionado nas Notas Explicativas do BO que trata do Resultado Orçamentário, os créditos orçamentários movimentados pelos órgãos durante o exercício, não são mais demonstrados na coluna da “Previsão Atualizada” da Receita, mas na coluna das “Despesas Empenhadas”, à medida que são executados (empenhados) e pagos. As colunas de "Previsão Inicial" e "Previsão Atualizada" da Receita contêm os valores correspondentes às receitas próprias ou aos decorrentes de recursos vinculados a despesas específicas, fundo ou órgão.

As Transferências Financeiras Recebidas compreendem os recursos financeiros recebidos pelo MEC do Tesouro Nacional, e de outros órgãos da administração pública, para pagamento das despesas orçamentárias do exercício, incluindo os Restos a Pagar (extraorçamentários), relativos a exercício (s) anterior (es).

O subgrupo Resultantes da Execução Orçamentária das Transferências Financeiras, são compostos, em sua grande maioria, pelas rubricas: a) cota; b) repasse; c) sub-repasse. Elas representam a disponibilidade financeira correspondente aos recursos orçamentários (créditos orçamentários) aprovados pela LOA, movimentados da seguinte forma (mesma sistemática para as concessões):

- a) Recursos financeiros recebidos pelo MEC: cota;
- b) Recursos financeiros recebidos pelas universidades, institutos e outros do MEC: repasse;
- c) Recursos financeiros recebidos pelas unidades gestoras e campi de cada universidade ou instituto: sub-repasse.

Já o subgrupo Independentes da Execução Orçamentária das Transferências Financeiras são compostos, em sua grande maioria, para pagamento de Restos a Pagar. Esse item possui essa denominação por não se referir à execução dos recursos do orçamento relativo ao exercício corrente, mas à execução de orçamento em exercícios anteriores.

Verifica-se que os itens de maior representatividade monetária registrada no BF se referem aos Repasses Recebidos no total de R\$ 144.233.617,66 (cento e quarenta a quatro milhões, duzentos e trinta e três mil, seiscentos e dezessete reais e sessenta e seis centavos) e Transferências Recebidas para Pagamento de RP com o montante de R\$ 13.417.395,76 (treze milhões, quatrocentos e dezessete mil, trezentos e noventa e cinco reais e setenta e seis centavos) o que juntos representam 99,71% do total das Transferências recebidas pelo Instituto Federal do Acre - IFAC.

Tabela 27 – Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas – Composição

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	dez/23	AV (%)	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	dez/23	AV (%)
Resultantes da Execução Orçamentária	144.233.617,66	91,22	Resultantes da Execução Orçamentária	182.302,22	50,56
Repasso Recebido	144.233.617,66	91,22	Repasso Concedido	182.302,22	50,56
Sub-repasso Recebido	0,00	0,00	Sub-repasso Concedido	0,00	
Independentes da Execução Orçamentária	13.884.279,06	8,78	Independentes da Execução Orçamentária	178.257,63	49,44
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	13.417.395,76	8,49	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	120.848,69	33,52
Demais Transferências Recebidas	209,8	1,32	Demais Transferências Concedidas	0,00	0,00
Movimentação de Saldos Patrimoniais	466.673,50	0,30	Movimento de Saldos Patrimoniais	57.408,94	15,92
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
TOTAL	158.117.896,72	100	TOTAL	360.559,85	100

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

6.4 - Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários

O saldo de crédito empenhado a liquidar do exercício em atendimento ao Art. 103 (Lei nº 4.320/1964), que dispõe que “os restos a pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária”, pois “pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas”, nos termos do (Art. 35, II, Lei nº 4.320/1964). No período, os recebimentos extraorçamentários representaram 15,19% do total dos ingressos financeiros, com um acréscimo de 133,22% em relação ao mesmo período de 2022.

Em relação a Inscrição dos Restos a pagar processados e não processados equivalem a 99,02% do total de Recebimentos Extraorçamentários no valor total de R\$ 30.012.040,17 (trinta milhões, doze mil, quarente reais e dezessete centavos) sendo que desse total realizou-se pagamentos até 31/12/2023 no total de R\$ 21.273.368,33 (vinte e um milhões, duzentos e setenta

e três mil, trezentos e sessenta e oito reais e trinta e três centavos), sendo destes, 44,83% para Restos a pagar processados e 54,04% para Restos a pagar não processados. O total de pagamentos de Restos a pagar representa 98,87% do total dos pagamentos extraorçamentários.

Tabela 28 – Recebimentos e Pagamentos extraorçamentários – Composição

RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	dez/23	AV (%)	PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	dez/23	AV (%)
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	14.169.065,62	46,75	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	9.645.077,49	44,83
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	15.842.974,55	52,27	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	11.628.290,84	54,04
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	251.737,91	0,83	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	243.440,76	1,13
Outros Recebimentos Extraorçamentários	43.989,27	0,15	Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,00	0
Arrecadação de Outra Unidade	43.989,27	0,15	Demais Pagamentos	0,00	0
Demais Recebimentos	-	0,00			
TOTAL	30.307.767,35	100	TOTAL	21.516.809,09	100,00

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

6.5 - Resultado Financeiro

Observa-se que em relação ao mesmo período do exercício anterior houve um aumento no Resultado Financeiro, apresentando o valor positivo a maior de R\$ 53.327,77 (cinquenta e três mil, trezentos e vinte e sete reais e setenta e sete centavos). Para o cálculo do resultado existem duas metodologias, que serão apresentadas a seguir.

Na metodologia 1, o Resultado Financeiro é obtido pela dedução dos Dispêndios do total dos Ingressos, não se computando o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa, tanto do lado dos Ingressos quanto do lado dos Dispêndios.

Tabela 29 – Resultado Financeiro – Metodologia 01

	31/12/2023	31/12/2022
Ingressos		
Receitas Orçamentárias	837.580,65	61.020,17
Transferências Financeiras Recebidas	158.117.896,72	148.331.418,03
Recebimentos Extra orçamentários	30.307.767,35	22.748.882,42
Dispêndios		
Despesas Orçamentárias	166.302.376,27	143.002.147,55
Transferências Financeiras Concedidas	360.559,85	351.859,60
Despesas Extra Orçamentárias	21.516.809,09	26.757.141,73
(=) Resultado Financeiro	1.083.499,51	1.030.171,74

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

Na metodologia 2, o Resultado Financeiro é o resultado entre o Saldo para o Exercício Seguinte: Caixa e Equivalentes de Caixa e o Saldo do Exercício Anterior: Caixa e Equivalentes de Caixa.

Tabela 30 – Resultado Financeiro – Metodologia 02		
Dispêndios	31/12/2023	31/12/2022
(+) Saldo para o Exercício Seguinte: Caixa e Equivalentes de Caixa	11.273.284,04	10.189.784,53
Ingressos	31/12/2023	31/12/2022
(-) Saldo do Exercício Anterior: Caixa e Equivalentes de Caixa	10.189.784,53	9.159.612,84
(=) Resultado Financeiro	1.083.499,51	1.030.171,69

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

7. Notas Explicativas à Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC – 4º Trimestre/2023

A Demonstração dos Fluxos de Caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiros dos órgãos e entidades do setor público. As informações dos fluxos de caixa são úteis para proporcionar aos usuários da informação contábil instrumento para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez. Assim, a Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos. (MCASP, 9ª Ed. 2021).

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a geração líquida de caixa e equivalente de caixa da DFC é correspondente ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro - BF.

Portanto, em 31 de dezembro de 2023, a geração líquida de caixa foi positiva em R\$ 1.083.499,51 (um milhão, oitenta e três mil, quatrocentos e noventa e nove reais e cinquenta e um centavos), apresentando um aumento em relação ao mesmo período do exercício de 2022 em 5,18%.

Tabela 31 – Resultado Financeiro

Resultado Financeiro BF x DFC	2023	2022	AH
Caixa e Equivalente de Caixa Final (Ex. Seguinte)	11.273.284,04	10.189.784,53	10,63
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial (Ex. Anterior)	10.189.784,53	9.159.612,84	11,25
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	1.083.499,51	1.030.171,69	5,18

FONTE: Sistema Integração de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

O Grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentada em “Moeda Nacional”.

O Instituto Federal do Acre, em 31/12/2023, no item “Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional”, apresentou o saldo de R\$ 11.273.284,04 (onze milhões, duzentos e setenta e três mil, duzentos e oitenta e quatro reais e quatro centavos) em comparação ao mesmo período do exercício de 2022, resultou em um aumento percentual de 10,63%.

7.1 - Atividades Operacionais

As atividades operacionais compreendem as entradas e saídas de Caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias e os desembolsos efetuados tanto para o pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias do órgão.

7.1.1 - Ingressos

As Transferências Financeiras Recebidas compreendem os recursos financeiros recebidos pelo MEC do Tesouro Nacional, e de outros órgãos da administração pública, para pagamento das despesas orçamentárias do exercício, incluindo os Restos a Pagar (extraorçamentários), relativos a exercício (s) anterior (es).

Nos ingressos vale comentar sobre o item Transferências Financeiras Recebidas que corresponde a R\$158.117.896,72 (cento e cinquenta e oito milhões, cento e dezessete mil, oitocentos e noventa e seis reais e setenta e dois centavos), ou seja, 99,29% do total de Ingressos, ressaltando às resultantes da Execução Orçamentária compostas em sua maioria pela rubrica repasse, sendo esse o item mais relevante dos ingressos e representando a disponibilidade financeira correspondente aos recursos orçamentários (créditos orçamentários) aprovados pela LOA.

Tabela 32 – Atividades Operacionais - Composição dos principais Ingressos

ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)
INGRESSOS	159.251.204,55	148.812.373,93	7,01
Receita Patrimonial	101.686,48	41.233,84	146,61
Receita de Serviços	680.058,10		100,00
<i>Outras Receitas Derivadas e Originárias</i>	55.836,07	19.786,33	182,20
Remuneração das Disponibilidades	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes Recebidas	0,00	0,00	
Intergovernamentais	0,00	0,00	
<i>Outras Transf. Recebidas</i>	0,00	0,00	
Outros Ingressos das Operações	158.413.623,90	148.751.353,76	6,50
Ingressos Extraorçamentários	251.737,91	365.248,75	-31,08
Transferências Financeiras Recebidas	158.117.896,72	148.331.418,03	6,60
Arrecadação de Outra Unidade	43.989,27	54.686,98	-19,56
Demais Recebimentos	0,00	0,00	

FONTE: Sistema Integração de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

7.1.2 - Desembolsos

Os Desembolsos relativos às Despesas orçamentárias são apresentados na DFC por função de governo, e não por elemento de despesa (categoria de gasto) conforme classificação orçamentária instituída pelo Ministério do Planejamento.

Em 31 de dezembro de 2023, os Desembolsos das atividades operacionais referentes às Despesas orçamentárias (Pessoal e Demais Despesas + Transferências Concedidas + Outros Desembolsos Operacionais), totalizaram R\$ 150.124.751,98 (cento e cinquenta milhões, cento e vinte e quatro mil, setecentos e cinquenta e um reais e noventa e oito centavos), tendo a função Educação apresentado o valor mais significativo, no montante de R\$ 128.277.971,73 (cento e vinte e oito milhões, duzentos e setenta e sete mil, novecentos e setenta e um reais e setenta e três centavos), representando 85,45% do total; seguido de Transferências Concedidas - Intragovernamentais, com R\$ 19.753.092,63 (dezenove milhões, setecentos e cinquenta e três mil, noventa e dois reais e sessenta e três centavos), representando 13,16% do total dos Desembolsos.

Tabela 33 – Atividades Operacionais - Composição dos principais Desembolsos

ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)
DESEMBOLSOS	-150.124.751,98	-133.363.538,54	12,57
Pessoal e Demais Despesas	-129.729.058,76	-115.093.993,62	12,72
Previdência Social	-940.353,83	-740.580,53	26,98
Educação	-128.277.971,73	-113.954.467,65	12,57
Direitos da Cidadania	-207.973,20	-169.487,45	22,71
Agricultura	-102.900,00	0,00	100,00
Organização Agrária	-64.200,00	-99.300,00	-35,35
Desporto e Lazer	-135.660,00	-130.157,99	4,23
Transferências Concedidas	-19.791.692,61	-17.543.268,18	12,82
Intragovernamentais	-19.753.092,63	-17.510.089,28	12,81
Outras Transf. Concedidas	-38.599,98	-33.178,90	16,34
Outros Desembolsos das Operações	-604.000,61	-726.276,74	-16,84
Dispêndios Extraorçamentários	-243.440,76	-374.417,09	-34,98
Transferências Financeiras Concedidas	-360.559,85	-351.859,65	2,47
Demais Pagamentos	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Integração de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

7.2 - Atividades de Investimento

As atividades de investimento estão relacionadas às Receitas e Despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão. As Receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos (alienações), reservas, bem como as transferências de capital recebidas.

As Despesas de capital, por sua vez, correspondem àquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente e concessões de empréstimos. (<http://www.tesouro.gov.br/-/glossario>). Em termos gerais observa-se uma redução em cerca de - 44,22% no total das atividades de investimento, esse resultado é gerado principalmente pelo grupo Aquisição de Ativo Não Circulante, com cerca de 97,87 % do total dos Desembolsos.

Tabela 34 – Desembolsos por Função de Governo – Atividades de Investimento

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-8.042.953,06	-14.418.663,70	-44,22
INGRESSOS	-	-	0,00
DESEMBOLSOS	-8.042.953,06	-14.418.663,70	-44,22
Aquisição de Ativo Não Circulante	-7.872.153,06	-14.179.024,74	-44,48
Outros Desembolsos de Investimentos	-170.800,00	-239.638,96	-28,73

FONTE: Sistema Integração de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

7.3 - Atividades de Financiamento

As atividades de financiamento compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes.

Até o momento, não houve registros de Ingressos e Dispêndios de atividades de financiamento no âmbito do Instituto Federal do Acre e de suas Unidades Gestoras.

8. Conclusão

A estrutura conceitual estabelece os conceitos que devem ser aplicados no desenvolvimento das demais NBCs TSP.

O principal objetivo da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade, não obter lucros e gerar retornos financeiros para os acionistas. Por esse motivo, o desempenho dessas entidades só pode ser avaliado parcialmente através da análise do status patrimonial, desempenho e fluxo de caixa.

Os objetivos das informações contábeis e das estatísticas de finanças públicas são distintos e podem ocasionar interpretações diferentes para o mesmo fenômeno, mas deve-se buscar, sempre que possível, o alinhamento entre essas informações.

O objetivo das demonstrações financeiras de entidades do setor público é fornecer informações contábeis sobre a entidade que reporta as informações, e o objetivo é direcionar os usuários para a prestação de contas e tomada de decisão.

Aproveitamos o ensejo para informar que todas as informações relativas à Contabilidade estão disponíveis nos portais da IFAC para apreciação de qualquer cidadão que deseja exercer seus direitos, no que concerne ao processo de fiscalização.

A equipe CCONT/DIRCF está à disposição da sociedade para prestar os esclarecimentos necessários a uma melhor compreensão dos resultados alcançados no quarto trimestre de 2023.

Rio Branco, 31 de dezembro de 2023.

Leiliani Cristina Souza de Lima Freire

Coordenadora de Contabilidade
Diretoria de Contabilidade e Finanças

Greiciane Coelho Camargo

Diretora de Contabilidade e Finanças
Pró Reitoria de Administração

9. Anexos

9.1 - Balanço Patrimonial – 4º Trimestre/2023



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26425 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ACRE - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EXERCÍCIO 2023	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSÃO 22/01/2024	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO		PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE	12.667.930,83	11.461.151,27	PASSIVO CIRCULANTE	63.964.340,53	66.494.481,13
Caixa e Equivalentes de Caixa	11.273.284,04	10.189.784,53	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	8.006.559,19	7.011.727,90
Créditos a Curto Prazo	1.006.289,37	923.684,08	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	1.006.259,27	923.654,08	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.150.963,23	1.493.201,19
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoque	276.387,52	337.682,66	Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	54.706.818,21	46.989.552,05
ATIVO NÃO CIRCULANTE	146.463.717,27	137.302.806,89	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	34.409,36	35.134,79
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.557,54	1.557,54	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	1.557,54	1.557,54	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Créditos Previdenciários do RPPS	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	1.557,54	1.557,54	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Estoque	-	-	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	34.409,36	35.134,79
Propriedades para Investimento	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	63.998.750,58	66.529.615,92
Propriedades para Investimento	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Demais Reservas	19.103.121,94	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Resultados Acumulados	75.019.775,46	63.224.040,94
Imobilizado	144.606.368,89	136.529.177,21	Resultado do Exercício	896.856,58	27.449.127,25
Bens Móveis	50.535.430,58	46.653.267,26	Resultados de Exercícios Anteriores	74.120.919,90	65.782.964,92
Bens Móveis	50.535.430,58	46.653.267,26	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	94.122.897,52	63.224.040,94
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	94.072.958,31	89.875.909,95			
Bens Imóveis	94.095.593,00	89.894.312,95			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-22.634,69	-18.403,00			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	853.770,84	771.770,84			
Softwares	852.862,84	770.862,84			
Softwares	852.862,84	770.862,84			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSÃO 22/01/2024	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	25425 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ACRE - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO	
	2023	2022	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Marcas, Direitos e Patentes Industriais Marcas, Direitos e Patentes Industriais (-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind (-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat. Direitos de Uso de Imóveis Direitos de Uso de Imóveis (-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis (-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis Diferido	908,00 908,00 - - - - - -	908,00 908,00 - - - - - -		
TOTAL DO ATIVO	158.021.848,10	148.783.698,86	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	158.021.848,10 148.783.698,86

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		ESPECIFICAÇÃO	PASSIVO	
	2023	2022		2023	2022
ATIVO FINANCEIRO	11.273.284,04	10.189.784,83	PASSIVO FINANCEIRO	33.287.222,52	25.070.963,94
ATIVO PERMANENTE	146.748.364,06	138.563.872,33	PASSIVO PERMANENTE	48.092.808,24	45.446.845,36
			SALDO PATRIMONIAL	78.841.816,34	78.236.067,66

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		ESPECIFICAÇÃO	PASSIVO	
	2023	2022		2023	2022
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	22.360.857,18	23.712.886,26	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	35.013.594,65	28.394.844,80
Atos Potenciais Ativos	22.360.857,15	23.712.886,26	Atos Potenciais Passivos	35.013.594,65	28.394.844,80
Garantias e Contragarantias Recebidas	3.388.738,80	2.681.215,83	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Convidados e Outros Instrumentos Cong	18.918.088,95	20.096.341,03	Obrigações Convidadas e Outros Instrumentos C	198.917,92	198.917,92
Direitos Contratuais	55.129,40	55.129,40	Obrigações Contratuais	34.814.876,73	28.195.926,88
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	22.360.857,18	23.712.886,26	TOTAL	35.013.594,65	28.394.844,80

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-17.192.463,21
Recursos Vinculados	-4.821.485,27
Educação	-1.036.568,22
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-101.074.438,46
Previdência Social (RPPS)	-
Dívida Pública	197.501.089,89
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-100.211.568,26
TOTAL	-22.013.938,48

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
TOTAL	-49.421.919,39

9.2 - Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP – 4º Trimestre/2023



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	25425 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ACRE - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	25000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EXERCÍCIO 2023	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSION 22/01/2024	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2023	2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	164.143.583,60	169.222.307,89
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	781.744,58	41.821,19
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	781.744,58	41.821,19
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	158.166.007,74	148.341.142,03
Transferências Intragovernamentais	158.117.896,72	148.331.418,03
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Condições Públicas	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	48.111,02	9.724,00
Valorização e Ganhos de Ativos e Desincorporação de Passivos	5.095.947,95	20.784.961,16
Reavaliação de Ativos	-	19.103.121,04
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	249.982,89
Ganhos com Desincorporação de Passivos	5.095.947,95	1.411.857,23
Reversão de Redução no Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	99.883,30	74.473,31
Variação Patrimonial Aumentativa e Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações de Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023 PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	25425 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ACRE - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	25000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EMISSÃO 22/01/2024 PAGINA 2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2023	2022
Subvenções Econômicas	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	99.883,33	74.473,31
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	163.244.727,02	141.773.270,46
Pessoal e Encargos	128.266.909,83	113.202.444,19
Remuneração e Pessoal	101.210.911,54	90.386.191,50
Encargos Patronais	20.203.174,81	17.894.982,70
Benefícios e Pessoal	6.846.911,38	4.915.289,99
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	4.512,00	6.000,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.891.878,16	1.395.938,32
Aposentadorias e Reformas	800.004,15	548.705,91
Parceles	257.948,87	244.812,29
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	833.827,34	602.620,12
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	20.223.364,82	16.088.022,61
Uso de Material de Consumo	198.347,02	827.595,53
Serviços	20.020.784,91	15.451.144,45
Depreciação, Amortização e Exaustão	4.231,89	9.282,63
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	3.235,83	589,79
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	3.235,83	2,44
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	587,35
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	307.699,83	386.538,58
Transferências Intragovernamentais	360.559,85	351.859,85
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	37.099,98	34.679,90
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	8.823.430,46	6.786.122,36
Reavaliação, Redução e Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	354.464,18
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	81.321,07	-
Incorporação de Passivos	8.742.109,39	6.433.658,17

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO 2023	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSÃO 22/01/2024	PAGINA 3
SUBTÍTULO	25425 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ACRE - AUTARQUIA	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
ORGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO		

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2023	2022
Desincorporação de Ativos	-	-
Tributárias	180.764,43	220.863,68
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	71.212,38	142.528,68
Contribuições	79.552,05	78.424,97
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custo dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	3.686.184,56	3.690.661,00
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	3.681.270,27	3.690.661,00
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	7.914,29	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	896.896,56	27.448.127,23

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2023	2022

9.3 - Balanço Orçamentário – 4º Trimestre/2023



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSÃO 22/01/2024	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26425 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ACRE - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	962.401,00	962.401,00	637.696,68	-124.820,38
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	101.686,48	101.686,48
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	101.686,48	101.686,48
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	960.860,00	960.860,00	680.058,10	-280.801,90
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	960.860,00	960.860,00	680.058,10	-280.801,90
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	1.541,00	1.541,00	56.838,07	54.295,07
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1.541,00	1.541,00	42.209,95	40.868,95
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	13.628,12	13.628,12
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26425 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ACRE - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EXERCÍCIO 2023	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSÃO 22/01/2024	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	962.401,00	962.401,00	637.560,66	-124.820,38
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	962.401,00	962.401,00	637.560,66	-124.820,38
DEFICIT	-	-	166.464.795,62	166.464.795,62
TOTAL	962.401,00	962.401,00	166.302.376,27	166.339.676,27
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	20.652.176,00	-	-20.652.176,00
Supervent Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	20.652.176,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	136.087.183,00	160.037.180,00	157.672.896,49	149.159.190,57	135.227.964,57	2.364.563,51
Pessoal e Encargos Sociais	106.456.294,00	124.657.338,00	122.586.720,20	122.551.597,37	109.866.964,15	2.096.617,80
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	29.630.889,00	35.379.842,00	35.086.176,29	26.607.593,20	25.360.900,42	295.965,71
DESPESAS DE CAPITAL	5.799.821,00	4.502.000,00	8.529.779,78	1.300.251,15	1.062.371,53	-4.127.779,78
Investimentos	5.799.821,00	4.502.000,00	8.529.779,78	1.300.251,15	1.062.371,53	-4.127.779,78
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	143.887.004,00	164.539.180,00	166.302.376,27	150.459.401,72	136.290.336,10	-1.763.196,27
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	143.887.004,00	164.539.180,00	166.302.376,27	150.459.401,72	136.290.336,10	-1.763.196,27



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26425 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ACRE - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	20000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EXERCÍCIO 2023	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSÃO 23/01/2024	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
TOTAL	143.887.004,00	164.838.180,00	986.302.376,27	180.488.401,72	136.290.336,10	-1.783.196,27

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	523.504,40	6.890.786,14	4.920.534,50	4.894.582,54	500.897,97	1.979.012,02
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	523.504,40	6.890.786,14	4.920.534,50	4.894.582,54	500.897,97	1.979.012,02
DESPESAS DE CAPITAL	1.886.891,32	5.896.990,43	6.898.344,28	6.733.708,20	-	849.982,55
Investimentos	1.886.891,32	5.896.990,43	6.898.344,28	6.733.708,20	-	849.982,55
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.210.195,81	12.777.787,57	11.818.878,78	11.628.290,74	500.897,97	2.828.994,57

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	55.866,90	9.468.024,83	9.398.204,16	2,44	125.685,13
Pessoal e Encargos Sociais	-	7.703.584,18	7.693.836,76	-	9.847,42
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	55.866,90	1.764.440,65	1.704.367,40	2,44	115.737,71
DESPESAS DE CAPITAL	275.868,50	246.873,33	246.873,33	-	275.868,50
Investimentos	275.868,50	246.873,33	246.873,33	-	275.868,50
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	331.735,40	9.714.898,16	9.645.077,49	2,44	401.553,63

9.4 - Balanço Financeiro – 4º Trimestre/2023

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO		PERÍODO	
		2023		QUARTO TRIMESTRE (Encasado)	
TÍTULO		EMISSÃO		PÁGINA	
BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS		2201/2024		1	
SUBTÍTULO		VALORES EM UNIDADES DE REAL			
26425 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ACRE - AUTARQUIA					
ORGÃO SUPERIOR		26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO			

ESPECIFICAÇÃO	INGRESSOS		ESPECIFICAÇÃO	DISPÊNDIOS	
	2023	2022		2023	2022
Receitas Orçamentárias	837.580,85	61.020,17	Despesas Orçamentárias	196.302.378,27	143.002.147,85
Ordinárias	-	-	Ordinárias	157.834.896,53	138.631.550,86
Vinculadas	837.580,85	61.800,36	Vinculadas	8.367.780,74	4.370.596,89
Educação	13.419,67	12.895,94	Educação	-	3.019.544,37
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	781.800,00	-
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	-	-	Previdência Social (RPPS)	-	808.322,00
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	824.160,98	-	Dívida Pública	7.404.797,48	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-	48.904,42	Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	-	-
Recursos Extrorçamentários	-	-	Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	201.183,26	-
Recursos Não Classificados	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-	742.850,52
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-780,19	Recursos Extrorçamentários	-	-
			Recursos Não Classificados	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	158.117.896,72	148.331.418,03	Transferências Financeiras Concedidas	380.889,88	381.889,88
Resultantes da Execução Orçamentária	144.233.617,98	128.713.079,07	Resultantes da Execução Orçamentária	182.302,22	34.000,00
Repasses Recebidos	144.233.617,98	128.713.079,07	Repasses Concedidos	182.302,22	34.000,00
Independentes da Execução Orçamentária	13.884.279,06	19.618.338,96	Independentes da Execução Orçamentária	178.257,63	317.889,88
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	13.417.365,76	19.303.069,90	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	120.848,89	250.084,89
Demais Transferências Recebidas	209,80	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	57.408,94	67.774,76
Movimentação de Saldos Patrimoniais	488.673,50	315.269,06	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Reccebimentos Extrorçamentários	30.307.767,38	22.748.862,42	Pagamentos Extrorçamentários	21.516.809,09	26.787.141,73
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	14.160.065,82	9.551.159,12	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	9.845.077,49	7.834.910,05
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	15.842.974,55	12.777.767,57	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	11.628.290,84	18.547.814,59
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	251.737,91	385.348,75	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	243.440,76	374.417,00
Outros Reccebimentos Extrorçamentários	43.989,27	54.658,98	Outros Pagamentos Extrorçamentários	-	-
Anecação de Outra Unidade	43.989,27	54.658,98			
Saldo do Exercício Anterior	10.189.784,53	9.159.612,84	Saldo para o Exercício Seguinte	11.273.284,04	10.189.784,53
Caixa e Equivalentes de Caixa	10.189.784,53	9.159.612,84	Caixa e Equivalentes de Caixa	11.273.284,04	10.189.784,53
TOTAL	199.453.029,28	180.300.933,46	TOTAL	199.453.029,28	180.300.933,46

9.5 - Demonstração dos Fluxos de Caixa – 4º Trimestre/2023

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO 2023	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
		EMISSÃO 22/01/2024	PÁGINA 1
TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
SUBTÍTULO	26425 - INST.FED.DE EDUC.CIENC.E TEC.DO ACRE - AUTARQUIA		
ORGÃO SUPERIOR	20000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO		

	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	9.126.452,87	15.448.835,39
INGRESSOS	199.291.204,55	148.912.373,93
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	101.886,48	41.233,84
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	680.058,10	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	55.836,07	19.766,33
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	158.413.623,90	148.751.363,76
Ingressos Extraorçamentários	251.737,91	365.248,75
Transferências Financeiras Recebidas	158.117.896,72	148.531.418,03
Arrecadação de Outra Unidade	43.080,27	54.886,98
DESEMBOLSOS	-180.124.751,68	-133.363.538,54
Pessoal e Demais Despesas	-129.729.058,76	-118.093.953,62
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-440.353,83	-740.580,53
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-128.277.971,73	-113.954.487,85
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-207.973,20	-189.487,45
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-102.900,00	-
Organização Agrária	-64.200,00	-99.300,00
Indústria	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26425 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ACRE - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2023	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMIÇÃO 22/03/2024	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2023	2022
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-135.860,00	-130.157,99
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-19.791.892,61	-17.543.268,18
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-19.753.092,83	-17.510.089,28
Outras Transferências Concedidas	-38.590,98	-33.179,90
Outros Desembolsos Operacionais	-804.000,61	-726.276,74
Despêndios Extraparamentários	-343.440,78	-374.417,09
Transferências Financeiras Concedidas	-360.550,85	-351.859,85
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-8.042.953,06	-14.418.863,70
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-8.042.953,06	-14.418.863,70
Aquisição de Ativo Não Circulante	-7.872.153,06	-14.179.024,74
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-170.800,00	-239.838,96
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.063.499,51	1.030.171,69
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	10.189.794,53	9.159.612,84
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	11.273.284,04	10.189.784,53